

PAIDÉIA

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
• UNIVERSIDADE FUMEC •



UNIVERSIDADE
FUMEC/FCH

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FUMEC

ISSN 1676-9627

Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum. e Soc., Univ. Fumec | Belo Horizonte | Ano 6 | n. 7 | p. 01-198 | jul./dez. 2009



UNIVERSIDADE FUMEC

Reitor
Prof. Antonio Tomé Loures

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretoria

Diretora Geral

Profª. Thaís Estevanato

Diretor de Ensino

Prof. João Batista de Mendonça Filho

Diretor Administrativo Financeiro

Prof. Antônio Marcos Nohmi

Setor de Publicações

Prof. Eduardo Martins de Lima

Coord. do Curso de Pedagogia

Profª. Valéria Barbosa de Resende

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Pede-se permuta.
We ask for exchange.

Ano 6 - n. 7 - jul./dez. - 2009

PAIDEIA

Conselho Editorial

Prof. Dr. Eduardo Martins de Lima - FCH/FUMEC
Profª. Drª. Eliane Marta S. Teixeira Lopes - FaE/UFMG
Profª. Drª. Francisca Izabel Pereira Maciel - FaE/UFMG
Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - CEFET/MG
Prof. Ms. João Batista de Mendonça Filho - FCH/FUMEC
Prof. Dr. Juarez Tarcísio Dayrell - FaE/UFMG
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho - FaE/UFMG
Prof. Ms. José Manuel Sita Gomes - UON/AO/AF
Profª. Drª. Maysa Gomes Rodrigues - FCH/FUMEC
Prof. Ms. Ricardo José Barbosa Bahia - FCH/FUMEC
Prof. Dr. Sérgio Augusto Chagas de Laia - FCH/FUMEC

Comissão Editorial

Profª. Ms. Simone Grace de Paula
Profª. Ms. Thaís Estevanato
Profª. Dra. Valéria Barbosa de Resende
Profª. Dra. Vera Lúcia Nogueira
Profª. Ms. Verônica Mendes Pereira

Revisão e normalização:
Saitec Editoração - Tucha

Versões:

Inglês: BTM - Bureau de Tradução e Métodos Ltda.
William Alkmin

Francês: Yolanda Fernandes Vilela

Projeto Gráfico e Arte: D'Lourenço Studio Gráfico

Editoração: Saitec Editoração - Eduardo Queiroz

Impressão: Gráfica e Editora O LUTADOR

Tiragem: 1000 exemplares

Rua Cobre, 200 • Bairro Cruzeiro • Cep: 30310-190 • Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3228-3090 - Fax: (31) 3281-3528

Site: www.fumec.br • E-mail: paideia@fumec.br

Paidéia : revista do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Fumec. — Ano 6, no. 7 (jul./dez. 2009)- . — Belo Horizonte :
Universidade Fumec. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
2009-

v. ; 24 cm

Semestral

ISSN: 1676-9627

1. Pedagogia. I. Universidade Fumec. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

CDU: 37

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da *Paidéia*, revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fumec, cujas publicações têm evidenciado a sintonia entre a proposição do curso e as questões mais prementes no campo educacional brasileiro. Ao privilegiar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em mais um número temático, reafirma o seu compromisso com o debate e com a reflexão sobre todas as etapas e modalidades da educação nacional, especialmente com um campo que vem se constituindo em meio a tantos reveses, conquistas, avanços e retrocessos.

A Educação de Jovens e Adultos brasileira vive um momento de significativa importância política, por ter o país sediado a *VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI CONFINTEA* –, realizada em dezembro do ano passado, sob os auspícios da UNESCO, com o objetivo de discutir e subsidiar a formulação de políticas de promoção da aprendizagem de adultos em âmbito global. Ao trazer à tona essa temática, a revista *Paidéia* coloca em debate questões atuais e pertinentes que permeiam a própria construção histórica da EJA, tais como sua configuração

com base nos sujeitos que a demandam e, conseqüentemente, nos desafios da formação dos profissionais que atuam nesse campo. É, sem dúvida, uma grande contribuição e um grande presente para a comunidade acadêmica e para os interessados pela educação.

Esperamos, com este lançamento, contribuir para a problematização e a reflexão sobre um tema que perpassa toda a revista: o direito de todos à educação. Educação de qualidade!

Para abrir o debate, Luiz Olavo Fonseca Ferreira apresenta um panorama do campo de atuação dos(as) pedagogos(as) no artigo *Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o aumento do campo de atuação para os/as pedagogos/as*. Segundo Olavo, o que se tem, atualmente, é um processo gradual de ampliação do espaço de inserção desse profissional no mercado de trabalho. Para demonstrar essa tese, percorreu a trajetória histórica das políticas públicas para a EJA, no país, analisando a temática na perspectiva do direito e explicitando as principais iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais nesse campo. Ressaltou, ainda, as demandas do mercado para o campo da Pedagogia. Sobre a formação desse profissional, destaca que é “imprescindível que os estudantes dos cursos de Pedagogia e as instituições formadoras voltem o olhar para essa demanda, pois o mercado de trabalho está aberto para aqueles que querem trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos e com a perspectiva de ampliar, a cada dia, a necessidade de ter profissionais competentes para atuar na formação desses sujeitos de direito”. Sem dúvida, essa discussão abre inúmeras possibilidades para a atuação do(a) pedagogo(a) no campo da EJA.

A formação docente também se apresenta como temática no artigo de Análise de Jesus da Silva: *A formação inicial dos professores para o trabalho com adolescentes na EJA*. Ao abordar o tratamento conferido ao tema da adolescência na formação superior de professores da Educação Básica – nas licenciaturas –,

ela o faz mediante um questionamento instigado pelas conversas proferidas nas diversas “salas de professores” nas quais esteve presente. Constatou que “os formadores de professores que não enxergam seus estudantes no lugar de sujeitos futuros professores e olvidam os jovens educandos no lugar de sujeitos envolvidos diretamente nos objetivos da formação dos licenciandos assim agem por não assumirem, eles próprios, seu lugar de sujeitos”. E adverte que eles “não se entendem sujeitos das licenciaturas, embora assumam a postura de quem se relaciona com objetos. E, por vezes, ao adotar uma concepção que nega sua prática profissional, o debate, o estudo, a formação continuada e o espaço coletivo na construção das Licenciaturas, acabam ocupando o lugar de objeto”. A saída para essa situação, observou a autora, seria a superação da representação social que se tem dos adolescentes e que não os considera na sua diversidade, no seu pertencimento de “gênero, raça, classe social, religião, tribo, localização histórico-geográfica, de história de vida”. Outra saída seria a realização de um trabalho coletivo na formação superior que rompesse com a lógica disciplinar e conteudista existente nas modalidades Licenciatura. Nesse caso, seria imprescindível ensinar aos licenciandos, por meio de uma disciplina ou de um tema transversal, na Educação Superior, a sensibilidade e o respeito ao diferente.

Contribuindo ainda mais para nossa compreensão sobre a diversidade, característica dos sujeitos da EJA, Natalino Neves da Silva aborda o processo de rejuvenescimento ou juvenilização desses sujeitos na perspectiva do direito à educação, no artigo intitulado *Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação*. Para isso, situa “o sujeito educativo presente hoje na EJA”, evidenciando que são “pessoas jovens e adultas que possuem lugares sociais, identitários, geracionais, de raça, de gênero, de deficiência e de orientação sexual diversos”. Chama a atenção para o fato de que o processo de escolarização,

na EJA, precisa considerar que a juventude e a vida adulta apresentam especificidades que são marcadas por essa diversidade que resulta, muitas vezes, em tensões, conflitos e divergências no ambiente escolar. Entender a EJA como *direito*, destaca Natalino, implica compreendê-la como campo de lutas e conquistas históricas com vista à promoção e à dignidade humana. Certamente, esse é um dos desafios que os educadores da EJA e as instituições formadoras devem enfrentar.

Ampliando o debate sobre a diversidade do sujeito da EJA, o artigo de Heli Sabino de Oliveira, *Educação de jovens e adultos e religiosidade: um estudo sobre as práticas religiosas católicas e pentecostais em espaços escolares*, desperta-nos a sensibilidade para uma temática ainda muito pouco explorada nos meios acadêmicos e que pode ser considerada um elemento central na constituição da identidade dos educandos das camadas populares: a questão religiosa. Foi com o objetivo de analisar as “formas pelas quais o catolicismo se manifesta nas escolas públicas” e, também, quais “os significados que os jovens pentecostais atribuem ao seu processo de escolarização” que o autor adentrou em algumas escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, indagando sobre o tratamento que os educadores dão à diversidade religiosa e como esta se manifesta nesse espaço educativo. Segundo Heli, é possível perceber tanto como a “normalização do catolicismo no contexto escolar produz ativamente a invisibilidade de outros grupos religiosos quanto a necessidade de se conhecer os sujeitos aos quais se destina o fazer pedagógico”. É, sem dúvida, uma discussão intrigante que nos leva a refletir sobre a expressão da laicidade na educação e de seus desdobramentos na configuração da EJA como direito de todos.

Outro desafio que se apresenta à constituição do direito à educação vem à baila no artigo de Alexandre Aguiar, *Educação de jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios*. Ele nos apresenta uma discussão bastante pertinente e ainda

carente de enfrentamento político sobre o direito à educação dos sujeitos privados de liberdade. O autor adverte que, “apesar de ser um direito expresso em diferentes leis que regem nossa sociedade e em tratados internacionais, o direito à educação das pessoas privadas de liberdade não vem sendo garantido em nosso país”. Essa afirmação é corroborada pela análise dos principais desafios que o sistema prisional, bem como algumas das iniciativas oficiais existentes no país, deve superar.

Os dois artigos seguintes enfatizam a dimensão das práticas de ensino, constituindo-se de grande relevância quando se tem em consideração a formação do educador da EJA na perspectiva da compreensão dos alunos com sujeitos de direitos. No primeiro, intitulado *Alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos e a matemática escolar: desafios na constituição das redes de significação*, de Viviane Ribeiro de Souza Cabral e Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, são discutidos os desafios e, eventualmente, as limitações que as experiências de aprendizagem da matemática oferecem aos alunos e às alunas da EJA no processo de construção de conhecimentos. Nesse sentido, as autoras demonstram que as dificuldades com a matemática resultam tanto de um “estranhamento com o modo escolar de perceber e divulgar o conhecimento matemático”, como “da elaboração de discursos sobre a matemática proferidos em diferentes instâncias da sociedade”. Ao observar e analisar os enunciados proferidos por esses sujeitos durante as aulas, percebem que os pontos de vista sobre a matemática são forjados na relação de discursos particularizados, mas que também ecoam discursos socialmente aceitos. São enunciados que revelam crenças, valores, vivências partilhadas e evocam lembranças, boas ou ruins, que permearam ou permeiam toda a relação dos sujeitos com a matemática, seja numa vivência escolar anterior ou nas práticas cotidianas. As autoras afirmam a necessidade de conhecer e entender esses sujeitos, acolhendo-lhes as expectativas e

vivências “como efetiva contribuição [...] à construção das redes de significação e, portanto, à produção do conhecimento”.

No artigo seguinte, *Coleção Literatura para Todos: análise da apropriação das obras pelo leitor pretendido*, Chrisley Soares Félix, Francisca Izabel Pereira Maciel e Maria Zélia Versiani Machado analisam a receptividade, por parte de alunos da EJA, e a consequente (in)adequação dos livros de literatura que integraram o programa do Ministério da Educação (MEC), implantado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com objetivo de oferecer obras inéditas, em gêneros variados, para neoleitores jovens e adultos procedentes do Programa *Brasil Alfabetizado*. As autoras constataram que a *Coleção* abriu “oportunidade de acesso, contato e assimilação da cultura literária”, apresentando-se “como uma chance de acesso ao mundo da leitura e a uma forte fonte de dominação e poder: a língua”. Nesse sentido, destacam que a *Coleção* contribuiu para que os sujeitos pesquisados se apropriassem desse capital cultural e se tornassem “mais participativos socialmente, tendo a possibilidade de saírem da condição de marginais”. Entretanto, revelam também que, embora as obras apresentassem qualidade literária, a *Coleção* mostrou-se inadequada por requisitar do aluno amplo domínio do código escrito e, assim, exigir a mediação do professor para familiarizá-los com o texto literário e os gêneros presentes na *Coleção*, “formando-o como leitor da literatura”.

Para finalizar, o artigo de Vera Lúcia Nogueira, intitulado *Educação de Jovens e Adultos: uma leitura do passado a partir de uma leitura do presente*, propõe uma reflexão com base em um diálogo entre a política educacional republicana, de fins do século XIX e décadas iniciais do XX, e algumas questões colocadas pelas discussões contemporâneas na EJA. A autora procura mostrar que muitos dos desafios que hoje se apresentam à EJA têm raízes históricas e podem ser compreendidos mediante a (re)leitura da configuração desse campo. Mostra, ainda, que a escolarização

dos adultos especialmente realizada pelas escolas noturnas mineiras nos colocam diante de ambiguidades e contradições da própria política educacional, evidenciando um processo de construção encharcado dos mais modernos princípios pedagógicos, difundidos no seu tempo, em concordância com o pensamento pedagógico dos primórdios da República, do qual sobressai a infância como fundamento de construção e de organização das práticas e dos discursos relativos à escola moderna. Assim, a temática do direito à educação, do perfil dos sujeitos da EJA, da convivência intergeracional, dos programas de ensino e dos conteúdos escolares, bem como o papel e a atuação do Estado em relação à política pública de EJA, são (re)lidos sob um olhar retrospectivo pela autora.

Esperamos que esta edição temática da revista *Paidéia* possibilite ao leitor um diálogo profícuo, que lhe amplie os conhecimentos e lhe permita melhor compreender o campo da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Vera Lúcia Nogueira

Professora do curso de Pedagogia e coordenadora da área de humanas da Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade FUMEC. Doutora e Mestre em Educação pela FaE/UFMG.